

CONGREGAÇÃO

ATA

**59^a Sessão Ordinária
de 11.03.2016**

FDRP



1 **ATA DA 59ª SESSÃO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DE**
2 **RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Aos onze dias do mês de
3 março de dois mil e dezesseis, as quatorze horas, na Sala da Congregação da Faculdade de
4 Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, reúne-se a Congregação da
5 Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - FDRP, sob a Presidência do Profª Titular Giselda
6 Maria Fernandes Novaes Hironaka, Vice-Diretora em exercício da Unidade, com a presença
7 do Professor Titular José Lino de Oliveira Bueno; dos Professores Associados Alessadro
8 Hirata (Chefe do Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas), Gustavo
9 Assed Ferreira (Presidente da Comissão de Pós-Graduação); dos Professores Doutores Jair
10 Aparecido Cardoso (Chefe do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil),
11 Fabiana Cristina Severi (Presidente da Comissão de Cultura e Extensão Universitária),
12 Camilo Zufelato, Caio Gracco Pinheiro Dias, Emanuelle Urbano Maffioletti; dos
13 Representantes Discentes da Graduação Renato Grespan Ferrari e Mariana Nascimento
14 Silveira; do Representante Discente da Pós-Graduação André Luis Gomes Antonietto e do
15 Representante dos Servidores Técnicos e Administrativos Suplente Lucas Brandolin
16 Ferreira. Presente, também, a Srª. Márcia Aparecida Cruz de Oliveira Bianco, Assistente
17 Técnica Acadêmica, para secretariar a reunião. Justificaram, antecipadamente, suas
18 ausências, os Professores Titulares Antonio Scarance Fernandes, Nelson Mannrich e
19 Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira; os Professores Associados Thiago Marrara de
20 Matos e Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho; o Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos
21 Santos Mendes. Havendo número legal, a Srª Vice-Diretora inicia a **Parte I.**
22 **EXPEDIENTE. 1. Discussão e votação das Atas das 57ª e 58ª Sessões da**
23 **Congregação, realizadas em 4.12.2015 e 3.2.2016, respectivamente.** Não havendo
24 manifestações contrárias, a Ata é aprovada, por unanimidade. **2. Comunicações da Srª**
25 **Vice-Diretora. a)** Aconteceu no período de 15 a 19.02 a Semana de Recepção aos Calouros
26 2016, com o tema “Conhecer, construir e viver com igualdade”. Dentre as atividades
27 desenvolvidas destaca a mesa redonda “Diversidade e Gênero” com a presença do Prof. José
28 Luiz Quadros de Magalhães da UFMG; várias oficinas culturais, tarde solidária com a
29 doação para o Centro Pop (centro de referência especializado em assistência social para
30 pessoas em situação de rua e imigrantes). **b)** No período de 7 a 10.3 aconteceu a Semana
31 das Mulheres da FDRP, organizada pelo Coletivo Feminista Capitu e pelo Centro Acadêmico
32 Antonio Junqueira de Azevedo. **c)** No dia 10.03, no Auditório da FDRP, o Prof. Dr. Peter
33 Maggs ministrou a palestra “Os Códigos Civis das Ex Repúblicas Soviéticas”. O Prof. Dr.



34 Peter Maggs é graduado pela Harvard College e Harvard Law School, com honra em ambas.
35 **d)** No dia 18.3 acontecerá o Seminário “Comentários ao Novo Código de Processo Civil e
36 sua Aplicação ao Processo de Trabalho”. **e)** Considerando a Portaria Interna D.FDRP/2 de
37 28.2.2014 que dispõe sobre a programação de férias, bem como os afastamentos,
38 reforçamos a necessidade de programação das devidas substituições nos diversos
39 setores/seções e departamentos da Unidade, para que não haja atrasos nas atividades. É
40 importante que ao substituir (férias e /ou afastamento) o servidor tenha acesso à senha dos
41 arquivos e sistemas para o correto desenvolvimento das atividades. Exemplo: Problema em
42 um departamento em que chefia e suplente, estavam em férias e não deixaram acesso para
43 que o decano autorizasse de afastamentos/férias de outros docentes. Secretários e
44 servidores em geral que saíram em férias e não deixaram acesso/senha para os substitutos,
45 atrasando as atividades. De acordo com a Portaria deve ser informado o período de férias de
46 cada servidor até o dia 15 de janeiro de cada ano, pela chefia imediata. **f)** Informa, em
47 relação aos processos seletivos para professor contratado III, que foram encerradas em
48 29.2, as inscrições para o processo seletivo do DDP - área de Direito Constitucional e Teoria
49 Geral do Estado, com 7 inscritos. Para o DPP - área de Direito Civil as inscrições terminam
50 hoje e até o momento são 4 inscritos. Para o DDP - área de Direito Econômico e Financeiro
51 as inscrições terminam em 14.3 e até o momento são 3 inscritos. Para o DPP - área de
52 Direito Privado as inscrições ocorrerão de 16 a 24.3.2016. Em seguida, inicia o item **3.**
53 **Palavra aos Senhores Presidentes das Comissões de Graduação, de Pós-**
54 **Graduação, de Cultura e Extensão Universitária, de Pesquisa e de Relações**
55 **Internacionais.** O **Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira** relata que o ano letivo
56 segue seu curso normal e os alunos já estão avançados na segunda turma, cumprindo seus
57 créditos. Comenta que o terceiro Edital de processo seletivo também segue a passos largos,
58 e tem conseguido cumprir o Edital a contento sem retificações. Considera que tiveram um
59 número excepcional de inscritos, superando de longe a relação de dez alunos por vaga, com
60 mais de trezentos e oitenta inscritos para trinta e três vagas. Esclarece que houve uma
61 eleição para o novo coordenador do curso de Pós-Graduação em Direito e foi eleito o Prof.
62 Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes. Esclarece, ainda, que isso foi uma inovação
63 diante de uma mudança feita no Co, pois anteriormente cursos de um programa só eram, ao
64 mesmo tempo CPG e CCP, e necessariamente o presidente da CPG seria o coordenador do
65 programa. Com a alteração estatutária se abriu uma possibilidade para que o presidente da
66 CPG seja um e o coordenador de curso seja outro. Considera isso muito salutar porque a



67 presidência da CPG tem uma atuação muito mais interna na USP e na PRPG, do que a
68 própria coordenação do programa, que responde também a PRPG, mas atende muito as
69 exigências da Capes. Considera, ainda, que essa divisão de trabalho que faziam
70 informalmente na CPG, anteriormente, com a vice-presidente da CPG, Prof^a Dr^a Flavia
71 Trentini, hoje fazem de maneira formal com o Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos
72 Mendes, que é o coordenador de curso. A **Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi informa**
73 que vão começar, via CCEX, a se integrar e articular um pouco mais com a comissão que está
74 revisando o Projeto Político Pedagógico da Faculdade. Comenta que foi em algumas
75 reuniões e uma das coisas que ficaram de rever, é o lugar da extensão e da pesquisa na
76 futura grade curricular. Pelas mudanças da PRG, essas atividades não seriam contadas mais
77 da mesma forma, como disciplina de graduação, mas sim todas elas como atividade
78 complementar. Considera que, como todas elas estariam como atividade complementar,
79 talvez fortaleça um pouco a necessidade de começarem um debate que a CCEX quer
80 estimular esse ano, do que podem chamar de Extensão Universitária nessa Unidade.
81 Considera, ainda, que devem discutir sobre as diretrizes. Comenta que tem chegado a ela
82 pedidos para essa Congregação pensar na necessidade de uma coordenação de curso, e de
83 uma comissão própria de avaliação. Entende que, legalmente, são necessárias para a
84 formação do curso de graduação, mas hoje, o que gostaria de colocar para este Colegiado é a
85 reflexão sobre a criação de uma comissão de apoio psicopedagógico ou psicossocial. Uma
86 comissão para tratar de casos de discentes da Faculdade que estão em alguma situação
87 específica de conflito ou em algum estado emocional, que precise da implicação da
88 Faculdade para ajudá-lo na condução de algum tipo de serviço que o próprio *campus*
89 fornece. Esclarece que esse modelo, na legislação, é chamado de Núcleo de Apoio
90 Pedagógico ou Psicossocial e nas outras Unidades não tem outros recursos ou instâncias que
91 possam ajudar esse trabalho. Comenta que nesse *campus* tem a FFCLRP e a FMRP e dispõe
92 de serviços que podem pensar em uma melhor articulação via criação dessa comissão.
93 Esclarece que essa comissão é um cumprimento de normativa que é Federal, mas também,
94 na prática, seria o espaço de pensar na condução de situações que chegam cotidianamente e
95 considera que não podem fechar os olhos. Informa que a Rede não cala, no dia 8.3,
96 encaminhou para a Reitoria da USP uma petição assinada por quase duas mil pessoas da
97 comunidade USP e membros externos, solicitando que a Universidade modifique o
98 Estatuto, o Regimento e as normas da criação de forma de acolhimento e condução de
99 situações de abuso sexual ou violência de gênero no âmbito da Universidade. Considera que



100 como Faculdade de Direito, podem, também, pensar na inserção nesse debate, subsidiando
101 as discussões de mudanças de regras administrativas para lidar com o tema. Comenta que
102 em muitas faculdades públicas esse é um tema novo, em termos de responsabilidades que
103 as Universidades estão se colocando para pensar. A **Prof^a Dr^a Cíntia Rosa Pereira de**
104 **Lima informa** sobre o livro "O Direito Brasileiro em Evolução: Estudos em Homenagem
105 à Faculdade de Direito de Ribeirão Preto" que foi aprovado para publicação pela Editora
106 Medina, e considera esse um motivo de satisfação, pois, se trata de uma editora importante.
107 Menciona a intenção de poder fazer um evento em homenagem à Faculdade e considera que
108 a Semana Jurídica seria ideal, pois até agosto daria tempo para finalizar o processo de
109 publicação. Esclarece que a Comissão de Pesquisa não está mais gerenciando as bolsas
110 Santander, nem a cota USP. Comenta que antes contemplavam as cotas USP, Santander e
111 CNPq no mesmo edital e a Comissão de Pesquisa gerenciava. Agora foi criada a Comissão de
112 Bolsas Unificadas que gerenciará a cota USP e Santander, o edital desse ano será lançado
113 em abril e maio. Avisa a cada chefe de departamento que isso não ficou bem claro e não
114 estava muito claro até no próprio Conselho de Pesquisa. Afirma que os Conselheiros
115 criticaram, pois consideram que pesquisa não tem que passar pelo critério socioeconômico
116 e sim por mérito de pesquisa. Diz que, como representante da Faculdade também
117 questionou, mas é uma determinação do próprio Reitor. Esclarece que cada professor deve
118 ingressar no Sistema USP e indicar se a bolsa será modalidade de Extensão Universitária,
119 Graduação ou Pesquisa. Esclarece, ainda, que a Comissão de Pesquisa só gerencia as bolsas
120 CNPq e em razão do contexto socioeconômico do país, essas cotas foram diminuídas no ano
121 passado e a tendência é a diminuição nesse ano também. Quanto a isso o Conselho de
122 Pesquisa e a Pró-Reitoria de Pesquisa que administram o edital Pibic adotaram o critério de
123 que somente professores conceito A iriam ganhar bolsas. Considera que o problema é que
124 nesse conceito A precisa haver um projeto fomentado por agência externa e orientar em um
125 curso de Pós-Graduação nota 6 ou 7. Diz que fez um ofício pela Comissão de Pesquisa para
126 questionar a inserção, no edital, de uma regra para os curso de Pós-Graduação recém-
127 criados e a presidente da Comissão que gerencia as bolsas CNPq, Prof^a Roseli, lhe disse que
128 levaria isso em consideração. Comenta que a reunião da comissão é dia 29.3, e não sabe se
129 essa sugestão que fez por ofício vai ser seguida porque ainda não passaram a prévia do
130 edital, mas irá questionar. Pede para que os chefes de departamentos, em suas reuniões
131 esclareçam sobre esse sistema de bolsas, pois essas bolsas unificadas tem um número muito
132 representativo. Comenta que na Faculdade a Prof^a Dr^a Iara Pereira Ribeiro tem duas



133 bolsas, o Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho tem duas, e o Prof.
134 Associado Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua uma, ou seja, praticamente quem pediu,
135 conseguiu. Diz que a sua última consideração é sobre o evento que a Comissão de Pesquisa
136 realizava todo ano, para dar a oportunidade de publicação e exposição dos trabalhos de
137 pesquisa da Faculdade e da região. Comenta que estão fazendo um levantamento para fazer
138 um evento em conjunto com a Pós-Graduação integrando com a Graduação. Esclarece que
139 essa integração é avaliada muito bem pela Capes, e além disso irão elaborar um Simpósio de
140 Pesquisa em Direito que resultará em livro. Esclarece, ainda, que estão fazendo de uma
141 maneira para que seja bem pontuado e avaliado e a perspectiva da Comissão de Pesquisa é
142 que futuramente seja um evento de referência para que esses anais sejam consultados.
143 Exemplifica o Conpedi que é mais voltado à Pós-Graduação, mas é referência pois, já viu
144 julgados do STF e STJ que citam seus artigos. Comenta que o objetivo é atrair
145 pesquisadores para apresentar trabalhos de qualidade e a oportunidade dos alunos da
146 Faculdade para publicarem. Informa que a Comissão de Pesquisa vai enviar um e-mail
147 perguntando qual a área de interesse, para que seja coordenador do livro e avalie os
148 trabalhos da área escolhida, que fará parte dos anais do evento. Justifica que o evento não é
149 só para dar uma oportunidade a todos, mas sim avaliar a qualidade do trabalho. Esclarece
150 que o evento será organizado de maneira que esses professores tenham uma pontuação
151 relevante como coordenador de livro, da mesa e do trabalho. Comenta que a ideia é receber
152 críticas para que possam sempre melhorar e ter um evento que possa agregar a pesquisa. O
153 **Prof. Associado Alessandro Hirata informa** que na próxima segunda-feira lançarão o
154 Edital Interno de Mobilidade Estudantil cujas vagas referem-se aos convênios desta
155 Faculdade, e terão onze vagas de mobilidade para alunos de Graduação a partir de segundo
156 semestre, e é importante, também, para a candidatura de bolsas desses alunos nos
157 programas da USP. Informa que foram contemplados no Edital da AUCANI para projetos
158 de celebração de duplo diploma. Informa, ainda, que foram inscritos trinta e sete projetos
159 da Unidade e foi contemplado um projeto de um aluno da Prof^a Dr^a Cíntia Rosa Pereira de
160 Lima e dele, para a celebração de duplo diploma com a Universidade de Camerino na Itália.

161 **4 - Palavra aos Senhores Membros. O Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso**
162 **comunica** que na próxima sexta-feira, dia 18, entrará em vigor o novo Código de Processo
163 Civil, e será realizado um evento na Faculdade, onde receberá um juiz do CNJ, um juiz da
164 Anamatra, um desembargador do Tribunal do Trabalho de Campinas, e mais um juiz do
165 trabalho. Eles trabalharão no período da manhã sobre o novo CPC e as implicações no



166 Processo do Trabalho. Esclarece que é um evento muito bem organizado e com nomes
167 importantes nessa questão, e está sendo realizado em parceria com a CPG, pois envolve
168 questões do próprio Mestrado. Comenta que no ano passado foram aprovadas duas coisas
169 na Congregação: a primeira seria dar o nome do finado Prof. Associado Luciano de
170 Camargo Penteadado ao auditório da Faculdade, e também decorrente dessa homenagem, um
171 dia para inaugurar o auditório, e as Professoras Doutoras Flavia Trentini e Iara Pereira
172 Ribeiro tomaram frente do concurso que estava sendo organizado pelo Prof. Associado
173 Luciano de Camargo Penteadado. Comenta que retomaram o trabalho e decidiram que o
174 evento será iniciado em 17.5, e nesse dia, em homenagem ao professor, será descerrada a
175 placa dando seu nome ao auditório. Pede à direção que comunique a família do Prof.
176 Associado Luciano de Camargo Penteadado, pois não receberam a informação oficial sobre o
177 evento e a homenagem que já havia sido aprovada pela Congregação. **II - ORDEM DO**
178 **DIA. 1 - RELATÓRIO BIENAL DE ATIVIDADES DOCENTES. 1.1 - PROCESSO**
179 **2012.1.126.89.0 - BENEDITO CEREZZO PEREIRA FILHO.** Relatório Bienal de
180 Atividades Docentes, apresentado pelo interessado, referente ao período de 2013/2015.
181 Aprovado *ad referendum* do Conselho do Departamento de Direito Público em 19.2.2016,
182 como base no parecer favorável do relator Prof. Dr. Jonathan Hernandez Marcantonio.
183 **Parecer do Relator**, Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira, pela Congregação, opinando
184 favoravelmente ao Relatório Bienal de Atividades Docentes, apresentado pelo interessado,
185 referente ao período de 2013/2015. O **Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira diz** ser
186 favorável ao parecer, pois o professor cumpre os requisitos exigidos pela CERT em sua
187 média, levando em conta o seu regime de trabalho e a produção científica bem aceitável,
188 além do envolvimento administrativo. Considera ser um professor que teve várias
189 atividades na Graduação e na Pós-Graduação, e pede pela aprovação do parecer. O
190 **Representante Discente da Pós-Graduação André Luís Gomes Antonietto**
191 **considera**, sobre o relatório do professor lhe chamou a atenção uma questão do próprio
192 relatório e outra a respeito não apenas ao professor, mais uma questão que queria
193 compreender melhor como ela é interpretada na Unidade, inclusive nos departamentos. Diz
194 que em dois semestres o professor cumpriu, no primeiro semestre de 2015, quatro créditos,
195 e no segundo, que esteve de licença prêmio não houve atribuição. Mas especificamente em
196 relação ao primeiro de 2015, lhe parece que não está de acordo com algumas normativas da
197 LDB, e com as normativas internas da USP e da própria Unidade que exigem um mínimo de
198 oito horas ou seis horas de aula mais duas orientações. Diz que gostaria que o Prof.



199 Associado Gustavo Assed Ferreira se manifestasse sobre esse ponto, pois tem dúvida em
200 relação ao cumprimento das normas. O **Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira diz**
201 que o conjunto normativo da USP existe e deve ser atendido, só que existe algo conhecido
202 como limite da reserva do possível e o professor não pode ter que suprir os créditos em um
203 semestre se não há o que atribuir a ele. Considera esta uma questão importante, então salvo
204 melhor juízo, em alguns semestres o professor fica com uma carga horária menor, o que é
205 compensado largamente em outros semestres, quando tem colegas que tiveram doze horas
206 aulas ou até dezesseis horas aula. Cita que no Departamento de Direito Privado e de
207 Processo Civil o envolvimento dos docentes com a Graduação é intenso, mas entende a
208 preocupação do discente e a considera louvável. Considera, também, que a cada dois anos
209 devem observar o global de como os professores tem atuado, sobretudo, no envolvimento
210 com a Graduação que é o início do caminho na Faculdade. O **Representante Discente da**
211 **Pós-Graduação André Luís Gomes Antonietto agradece** o esclarecimento do
212 professor, mas insiste na questão. Considera muito relevante, pois uma normativa interna
213 da Faculdade diz que o que não for atribuído em disciplinas obrigatórias devem ser
214 atribuídas em disciplinas optativas. Comenta que essa é uma situação que os alunos de
215 graduação debatem há bastante tempo, que é o baixo oferecimento de disciplinas optativas
216 eletivas, e também o número de disciplinas oferecidas no mestrado. Diz que parece que o
217 sentido da LDB é equalizar isso. Diz não saber se há um levantamento que leve isso em
218 consideração, mas percebe, que de fato, alguns docentes dão mais de oito créditos e não
219 sabe se há um levantamento na Unidade no sentido de se equalizar. Reitera que existe essa
220 percepção por ele e alunos da Graduação de que esse mínimo, em alguns casos não é
221 cumprido. Considera importante que esses números sejam cumpridos em função dos
222 benefícios que geram para os alunos. Diz não saber se essa conta foi feita para os dois anos
223 do relatório apresentado pelo interessado. Pergunta se ele cumpriu com o mínimo exigido,
224 se o relator chegou a fazer essa conta. O **Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira**
225 **considera** que em relação ao Prof. Dr. Benedito Cerezzo Pereira Filho há uma contagem
226 que é fruto do seu envolvimento com o programa de Mestrado, na qual o professor ofereceu
227 disciplina no período. Considera que essa contagem deve existir, senão desestimularão a
228 participação do docente em outras atividades em nome da leitura fria da normativa.
229 Comenta que a regra existe e deve ser cumprida, mas devem sopesar as demais searas da
230 atuação do docente. Considera que existem duas fundamentais, sendo a primeira atuação
231 na Pós-Graduação, no mestrado em Direito da Faculdade, que é um mestrado jovem, nem



232 todos optaram por fazer parte desse programa e devem valorizar aqueles docentes que
233 desde o primeiro momento procurou se integrar a esse processo. Em segundo lugar,
234 esclarece que o Prof. Dr Benedito Cerezzo Pereira Filho teve uma atuação relevante em
235 atividades administrativas na Faculdade. Lembra que ele foi, por um tempo, presidente da
236 Comissão de Estágios e do Centro de Práticas Jurídicas e isso tem que ser levado em
237 consideração. Comenta que há uma tentativa da Faculdade em caminhar para uma espécie
238 de escritório civil, para um atendimento a comunidade cada vez maior e o professor sempre
239 foi uma peça central nessa engrenagem. Considera que se fizerem uma análise fria da
240 normativa terão sempre um envolvimento muito grande com a Graduação e cada vez menor
241 com a Pós-Graduação *lato sensu*, com a Cultura e Extensão Universitária, pois o professor
242 ficará muito mais preocupado em cumprir a regra fria da Graduação e a sua própria
243 pesquisa. Considera, ainda, que os fatores não quantificáveis são bastante relevantes, e são
244 muito importantes no biênio do Prof. Dr. Benedito Cerezzo Pereira Filho. Pede novamente
245 pela aprovação do relatório. **O Representante Discente da Pós-Graduação André**
246 **Luís Gomes Antonietto diz** entender a manifestação do professor, mas discorda de que
247 seja uma análise meramente fria da lei, pois lhe parece uma garantia mínima que ela coloca
248 e a USP já mitiga ao permitir que duas dessas horas semanais sejam de atividade de
249 orientação. Considera que por ser uma garantia mínima é extremamente necessária e
250 parece que todos os regimes preveem uma quantidade de horas para as demais atividades.
251 Compreende que são muitas atividades, mas considera um ponto muito importante, e na
252 visão dos alunos isso tem que ser seguido estritamente. **O Prof. Associado Gustavo**
253 **Assed Ferreira reitera** que entende a posição do corpo discente, e considera que o corpo
254 discente de uma escola que se preze tem que ser atuante e combativo quando se luta o bom
255 combate, como o Representante Discente da Pós-Graduação André Luís Gomes Antonietto
256 tem feito lutando pela sua posição de maneira tão franca e aberta. Discorda da posição, pois
257 diz ter uma grande dificuldade em relacionar quantidade e qualidade de ensino. Prefere
258 sempre avaliar que tipo de aula que é dada. Esclarece que a LDB se preocupa com o mínimo
259 e legisla para quem não cumpre. Considera que esse é um problema do Brasil que legisla
260 para quem descumpre, quando para que descumpre deveria existir a sanção. **O Prof. Dr.**
261 **Camilo Zufelato considera** que o tema abordado pelo representante discente é muito
262 importante e não tem levado da maneira mais correta a interpretação, e diz isso, como ex-
263 chefe de departamento. Considera, ainda, que os relatórios são compostos de vários
264 requisitos e se encontram em uma fase de alteração do projeto pedagógico, e talvez isso não



265 tenha implicado, nesse momento, em uma oferta de optativas, o que poderia ser certa
266 escusa para isso, mas de qualquer maneira fica um pedido para que os departamentos
267 reavaliem essa discussão sobre a oferta dessas disciplinas enquanto o novo projeto não for
268 oferecido e que a partir desse momento, a partir dessas questões possam avaliar os
269 relatórios com um pouco mais de atenção à carga horária. **A Congregação aprova, por**
270 **maioria dos presentes, (8 votos favoráveis e 5 abstenções) o parecer do relator,**
271 **favorável ao relatório Bial de Atividades Docentes, apresentado pelo**
272 **interessado, referente ao período de 2013/2015. 2 - NORMA DE GRADUAÇÃO.**
273 **2.1 - PROTOCOLADO 2014.5.410.89.9 - FACULDADE DE DIREITO DE**
274 **RIBEIRÃO PRETO.** Solicitação de adequação da redação da norma do TCC para
275 contemplar a participação de mestrados nas Bancas de defesa da Faculdade de Direito de
276 Ribeirão Preto. **Parecer do relator,** Prof. Dr. Camilo Zufelato, que opina pela
277 manutenção da redação do art. 11 tal como aprovado pela Congregação da Faculdade de
278 Direito de Ribeirão Preto. O **Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso esclarece** que esse
279 processo já foi aprovado e com uma alteração a um artigo que não satisfazia ao anseio
280 inicial, e houve, na verdade, uma condução equivocada. Considera que o objetivo era
281 promover a sinergia entre Graduação e Pós-Graduação, sendo que até a Capes vê isso com
282 bons olhos. Na sua opinião seria muito interessante que os mestrados pudessem vir e
283 socorrer os professores por ocasião das bancas de TCC como membros das bancas. Comenta
284 que isso correu pelo departamento, pela CPG, porém na Congregação recebeu uma redação
285 equivocada. Esclarece que colocou a questão na reunião passada e foi acolhida para retornar
286 na reunião de hoje, de forma pautada, a fim de rever a redação desse dispositivo permitindo
287 que os mestrados possam auxiliar a Graduação no que tange as bancas de TCC. Entende
288 que há motivação administrativa e pedagógica suficiente para essa alteração, pois vai ao
289 encontro do que a própria Capes pede. O **Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira**
290 **reitera** o pedido do Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso. Comenta que o professor tem tido
291 uma atuação incansável nesse sentido desde que a Portaria em vigor foi editada. Considera
292 a preocupação do professor louvável e os alunos de Pós-Graduação da Faculdade estão
293 formando seu currículo, e fazer parte, de maneira plena, de uma banca de TCC conta muito,
294 assim com conta publicar, ter esmero com sua dissertação e estariam dando um incentivo
295 muito grande para o Mestrado se acompanhassem o pedido do Prof. Dr. Jair Aparecido
296 Cardoso. O **Prof. Dr. Camilo Zufelato esclarece** que o seu parecer foi no sentido
297 contrário não pela questão de mérito. Considera que a deliberação dessa Congregação foi



298 publicada em marco de 2015, e desde então não lhe parece que houve alguma alteração
299 substancial para que pudessem mudar a normativa. Comenta que o fundamento do Prof.
300 Dr. Jair Aparecido Cardoso e ter um conjunto de alterações sociais que pudessem impactar
301 nas alterações da normativa. Considera que essa é uma normativa tão jovem que não teriam
302 condições para isso. Diz que apesar deste Colegiado ter decidido isso a um ano que as coisas
303 deveriam ser dessa maneira, se entender que seria o caso de alteração, não haverá
304 problema. Porém, como relator, considera que as coisas não foram alteradas desde então. O
305 **Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso esclarece** que fez o pedido como suplente da CPG, e
306 houve parecer favorável da própria CPG e da CG, e o parecer da Congregação que modificou
307 um pouco o pedido inicial, que foi aprovado e publicada a Deliberação. Comenta que isso
308 não foi para eles tomar conhecimento e só tomou conhecimento do assunto no final do ano,
309 quando tomou seu acento na Congregação. Diz que, na primeira oportunidade, depois da
310 ciência recorreu da decisão dizendo que houve um vício de leitura inicial que poderia ser
311 corrigido. O **Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira esclarece** que não se trata de
312 um recurso, a questão é que na experiência desse ano, a deliberação esteve em vigor e não
313 surtiu os efeitos desejados. Comenta que o aluno da Pós-Graduação continua a
314 oportunidade de ser membro pleno da banca de TCC, pois é graduado e esta um nível acima
315 do graduando que pós-tuma o TCC. Considera que pela boa regra acadêmica isso é válido.
316 Diz saber que existem advogados que fazem parte de bancas sem grandes especializações
317 acadêmicas e que contribuem para a banca de TCC mais que alguns colegas. Lembra que já
318 esteve em banca onde, dado o tema, aprendeu com o membro da banca, que era bacharel
319 em Direito e com o próprio aluno que fazia a prova. Considera que a restrição imposta
320 legitimamente pela Congregação, nesse ano que a deliberação esteve em vigor, não se
321 mostrou adequada à comunidade acadêmica da Faculdade. Considera, ainda, que esta
322 Congregação poderia rever sua posição e permitir a presença dos mestrandos em bancas de
323 TCC. O **Representante Discente da Pós-Graduação André Luís Gomes**
324 **Antonietto concorda** com os professores Gustavo Assed Ferreira e Jair Aparecido
325 Cardoso. Considera que houve mudança, pois foram realizadas bancas e por mais que
326 fossem no regime antigo, criaram alguns elementos para avaliar o potencial dessa
327 normativa e como os alunos poderiam atuar como avaliadores. O **Prof. Dr. Camilo**
328 **Zufelato reitera** que seu parecer não entra no mérito de se proceder a alteração ou não,
329 mas lembra que essa foi uma discussão muito longa, o item foi retirado de pauta e o Prof.
330 Dr. Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez elaborou um parecer pela Congregação com uma



331 proposta de redação e o Colegiado aprovou. Esclarece que, quando o Prof. Dr. Jair
332 Aparecido Cardoso trouxe o assunto, sua postura foi de ponderar o que acabaram de
333 aprovar; essa normativa não tem nem um ano e lhe parece que não estão diante de
334 elementos fáticos que autorize essa modificação. Porém, se a Congregação entender que é
335 caso de reabrir a discussão, deverão ter um diálogo um pouco mais amplo. Considera que
336 estão reeditando uma normativa e lhe parece que no bojo desse protocolado não daria para
337 fazer isso e devem trazer essa discussão para a Congregação porque se trata de uma
338 normativa. A **Sr^a Vice-Diretora esclarece** que nesse protocolado não podem decidir
339 isso, e no momento de votar deverão assinalar pelo parecer do relator ou não, e se
340 porventura o parecer não for aceito deverão encaminhar outro protocolado ou seguir nesse
341 mesmo com um novo pedido. O **Prof. Titular José Lino Oliveira Bueno comenta** que
342 não acompanhou o histórico das votações e nem teria como recomendar o procedimento
343 agora. Porém considera uma boa oportunidade para fazer um comentário da sua
344 experiência na FFCLRP como titular dentro das Comissões de TCC, que foi sendo
345 implantada progressivamente e hoje praticamente todos os departamentos tem essa figura.
346 Diz, como coordenador recente do curso de Pós-Graduação *strictu sensu*, que é nota 7, que
347 na sua avaliação, do ponto de vista do mérito, é um resultado surpreendentemente bom.
348 Considera que o aluno de mestrado se sente responsabilizado e valorizado e os grupos
349 começam a criar vínculos que relacionam Graduação e Pós-Graduação facilitando a
350 constituição de núcleos de pesquisa nessa área. O **Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi**
351 **considera** importante abrir essa discussão, e antecipa a experiência por conta da questão
352 levantada pelo Prof. Dr. Camilo Zufelato. Comenta, que no ano passado nas bancas dos seus
353 orientandos fizeram essa mesclagem, e colocaram alunos mestrandos na banca e eles
354 fizeram arguição sem atribuir notas e sem certificado, fazendo isso espontaneamente.
355 Considera, ainda, que abrir esse debate vai ser interessante porque há também uma
356 premissa de que em um espaço acadêmico em uma Universidade Pública também tem que
357 tentar desconstruir. Comenta que devem acabar com a ideia que a banca é um momento de
358 perseguição ou de uma figura carrascal que estará ali para abrir um caixa de maldades e
359 jogar em cima do mais fraco. Considera que quanto mais avançarem com o programa de
360 Pós-Graduação, com uma atuação em pesquisa, extensão que são pedagógicos, educacionais
361 e comprometidos com a ciência, menos isso tende a ocorrer. Diz saber que todos tem uma
362 trajetória de experiências acadêmicas bastante autoritárias, como é o caso da maior parte
363 dos cursos de Direito públicos no país. Porém, o curso dessa Faculdade é novo e quando



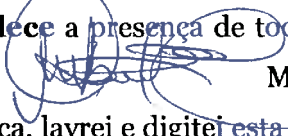
364 esse debate voltar para os alunos o assunto poderá ser ponderado nesses termos, pois,
365 imagina que o medo dos alunos de graduação seja o fato de que o avaliador foi aluno ontem
366 e hoje vai lhe prejudicar. Reitera que a ideia não é essa. Esclarece que a indicação da banca
367 é em conjunto com orientador e aluno que constroem isso, o que passa por um vínculo de
368 confiança. Comenta que os alunos com os quais teve essa experiência dedicaram-se
369 exaustivamente a leitura do trabalho e considerou a oportunidade muito exitosa nesse
370 sentido. O **Representante Discente da Graduação Renato Grespan Ferrari diz**
371 entender o argumento da Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi, e até certo ponto faz sentido.
372 Comenta que do mesmo modo que o mestrando está um passo a frente do graduando isso
373 não é uma regra, mas considera um pouco arriscado separar o avaliador da pessoa que está
374 sendo avaliada, e o que separa ele é apenas um pouco mais de um ano de estudo. Comenta
375 que do ponto de vista do graduando, ter um mestrando como avaliador, diz não saber se
376 isso os levará a uma melhora da qualidade da avaliação. Diz não saber se seria possível a
377 nota do mestrando ter um peso menor e pelo que vê entre os alunos da graduação com
378 muito conhecimento, onde observa muitos autodidatas, não sabe até onde isso se justifica.
379 O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes comenta** que o curso de Pós-
380 Graduação é novo e o coordenador também, como professor de mestrado. Revela que está
381 começando a se posicionar sobre as questões, sobre os critérios utilizados pela Capes e que
382 ela pretende é formar professores pesquisadores. Considera que é para isso que devem
383 caminhar em relação aos alunos de Pós-Graduação. Com relação aos alunos de Graduação,
384 considera o argumento do representante discente muito interessante, mas cai por terra
385 quando veem todo o contexto científico. Exemplifica que ele é um Professor Doutor, e esse
386 ano a Prof^a Dr^a Cíntia Rosa Pereira de Lima vai prestar a Livre-Docência. Diz ter certeza
387 que ela será bem sucedida, e no ano que vem se ele for apresentar sua tese, a Prof^a Dr^a
388 Cíntia Rosa Pereira de Lima poderá participar de sua banca, mesmo acabando de ser Livre-
389 Docente. Esclarece que um artigo apresentado por um Professor Doutor é avaliado por um
390 outro Professor Doutor. Considera que o importante é a avaliação externa por alguém que
391 tenha competência, não alguém que esteja vários degraus acima. Comenta que escreveu um
392 artigo encaminhou ao Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira para ler, não apenas porque
393 ele é Livre-Docente e pede isso para aluno de Graduação, que está trabalhando com ele, pois
394 um aluno que ainda nem se formou pode contribuir. Lembra que já teve uma aluna que a
395 avaliação dela foi mais densa do que a minha, pois ela estava pesquisando especificamente
396 sobre o tema para o TCC. A **Sr^a Vice-Diretora lembra** que ainda jovem doutora



397 participou da banca do Dr. Cláudio Lembo, que na época já era bastante experiente. O
398 **Representante Discente da Graduação Renato Grespan Ferrari considera**, em
399 sua opinião, que o ponderado pela Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes acaba
400 confirmando o que disse, pois, se falou que as vezes submete um artigo dele para um aluno
401 que nem doutorado tem, então não tem como prever que a pessoa que está avaliando como
402 mestrando tenha o conhecimento e não seja o caso contrário, de um graduando avaliar um
403 mestrando. Considera que tudo vai depende do quanto o graduando ou mestrando colocou
404 de energia no seu TCC, e quanto estão preparados para avaliar. O **Prof. Dr. Jair**
405 **Aparecido Cardoso considera** que estão em uma questão formal e não de mérito.
406 Insiste que a Faculdade como um todo será avaliada pela Capes, e uma das questões
407 avaliadas é a sinergia entre Graduação e Pós-Graduação, e de repente porque o aluno da
408 Graduação não concorda, pode por em risco um interesse público da Faculdade, que é
409 progredir nos conceitos perante a Capes. Os **Representantes Discentes Renato**
410 **Grespan Ferrari e André Luís Gomes Antonietto pedem** vista simultânea do
411 protocolado. **A Congregação defere o pedido de vista simultânea dos presentes**
412 **autos aos Representantes Discentes Renato Grespan Ferrari e André Luis**
413 **Gomes Antonietto. 3. - 4º CICLO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL USP. 3.1 -**
414 **ANÁLISE DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL USP 2010-2014.** Roteiro para os
415 ciclos de discussões nas unidades e campus da USP e indicação da Comissão visando
416 estabelecer indicadores para o aperfeiçoamento e operacionalização do processo de
417 avaliação e gestão das atividades fins da USP. Identificação: 1ª ETAPA: Informar até
418 18.3.2016 a Srª Cláudia Pires (Secretária da Vice-Reitoria, 3091-3094 ou cpausp@usp.br)
419 possíveis datas para realização de reunião com membros da Congregação da Unidade, entre
420 os meses de abril e junho. Nesta Reunião participarão membros dos GT-AAI e da Vice-
421 Reitoria para apoio e orientação dos trabalhos. É prioritário que nessa reunião estejam
422 presentes representantes de todas as categorias da Unidade (professores, presidentes de
423 colegiados, pesquisadores, funcionários, alunos de graduação, alunos de pós-graduação,
424 etc...). Indicar dois relatores para elaboração de texto contendo a síntese da reunião, que
425 será anexado ao site gvr.uspdigital.usp.br/cpa até 7 dias após a reunião. O objetivo é
426 promover discussões sobre os resultados da Avaliação Institucional USP 2010-2014,
427 visando estabelecer indicadores para o aperfeiçoamento e operacionalização do processo de
428 avaliação e gestão das atividades fins da USP. A composição da Comissão a ser analisada
429 será: o Sr. Diretor, os Chefes de Departamento: DPP - Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso,



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO

430 DDP - Prof. Associado Rubens Beçak e DFB - Prof. Associado Alessandro Hirata; os
431 Presidentes de Comissões: CG - Prof. Associado Nuno M. M. dos S. Coelho, CPG - Prof.
432 Associado Gustavo Assed Ferreira, CPq - Prof^a Dr^a Cíntia Rosa Pereira de Lima, CCEx -
433 Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi e CRInt - Prof. Associado Alessandro Hirata; os
434 Representantes Discentes da Graduação Renato Grespan Ferrari e Mariana Nascimento
435 Silveira; o Representante Discente da Pós-Graduação André Luís Gomes Antonietto; o
436 Representante dos Servidores Técnicos e Adm. Rodolfo César Ambrósio de Andrade. As
437 sugestões de datas para a reunião da Comissão são: 18.5.2016, 30.5.2016, 15.6.2016 e
438 29.6.2016, sendo todas as 10h. A **Sr^a Vice-Diretora esclarece** que sugeriu estas datas
439 pelo fato de que o **Sr. Diretor** já estará em exercício e poderá conduzir a reunião. Esclarece
440 que esse assunto vai se prolongar até meados de outubro e novembro e não estará mais em
441 exercício. Diz não querer começar um assunto importante como esse e depois ter que dizer
442 o Sr. Diretor como foi, e gostaria que ele iniciasse os trabalhos. **A Congregação aprova,**
443 **por unanimidade, a sugestão de composição da Comissão que estabelecerá**
444 **indicadores para o aperfeiçoamento e operacionalização do processo de**
445 **avaliação e gestão das atividades fins da USP, bem como as sugestões de datas**
446 **para a reunião com os membros dos GT-AAI e da Vice-Reitoria.** Nada mais
447 havendo a tratar, a **Sr^a Presidente agradece** a presença de todos e dá por encerrada a
448 reunião às 15h45. Do que, para constar, eu,  Márcia Aparecida Cruz de
449 Oliveira Bianco, Assistente Técnica Acadêmica, lavrei e digitei esta Ata, que será examinada
450 pelos senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim
451 assinada. Ribeirão Preto, 11 de março 2016.